



viveo

Política de Contratação de Auditoria Independente



SUMÁRIO

1.	OBJETIVO	2
2.	APLICAÇÃO E PÚBLICO-ALVO.....	2
3.	DEFINIÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	2
4.	DIRETRIZES.....	2
5.	HISTÓRICO DE REVISÕES E APROVAÇÕES	5

1. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo estabelecer diretrizes e condições para contratação de serviços de auditoria independente por empresas da CM Hospitalar S.A. ("Viveo", "Companhia" ou "Grupo").

2. APLICAÇÃO E PÚBLICO-ALVO

Esta política é aplicável aos colaboradores Viveo e aos terceiros prestadores de serviço envolvidos direta ou indiretamente com as atividades de Auditoria Independente.

3. DEFINIÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Entende-se como Auditor Independente a empresa, juntamente com seus empregados, consultores, sócios e prepostos, que presta à Companhia ou ao Grupo: (i) serviços de asseguarção das demonstrações contábeis preparadas pela Companhia e de revisão de suas Informações Intermediárias Trimestrais (ITR), de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis; e (ii) demais serviços que possam ser prestados pelos auditores independentes, nos termos da regulamentação aplicável, além dos descritos acima.

Para fins desta Política, os Auditores Independentes devem ser i) isentos; ii) não abranger qualquer interesse ou relação com a Viveo que possa comprometer a objetividade e integridade da auditoria e iii) não abranger qualquer interesse ou relação com terceiros quaisquer que possa comprometer a objetividade e integridade da auditoria, permitindo assim a atuação e emissão de relatórios e pareceres imparciais e objetivos com relação à entidade auditada.

4. DIRETRIZES

Das responsabilidades:

i. Compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, contando com o suporte da Diretoria de Suprimentos para obter e comparar orçamentos e negociar valores, após aprovação, bem como responder pela

contratação de auditores independentes que não atenderem às condições previstas na regulamentação aplicável, especialmente quanto à sua independência e à regularidade de seu registro na CVM.

ii. Compete ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance: i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço. ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: a) a sua independência; b) a qualidade dos serviços prestados; e c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

Do processo de contratação do Auditor Independente:

i. Somente poderão ser contratadas empresas de auditoria (pessoas jurídicas) com registro na Comissão de Valores Mobiliários, de renome, qualificação e experiência inquestionáveis, devidamente constituídas e registradas e que atendam a todas as exigências legais.

ii. As auditorias externas deverão ser contratadas pelo período mínimo de um exercício social e a eventual renovação/prorrogação deverá ser precedida das cautelas para garantir a independência da prestação;

iii. O Auditor Independente não poderá ser contratado por período superior a 10 (dez) exercícios sociais consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontração, conforme disposto no Art. 31-A da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

iv. O Auditor Independente não poderá ser contratado caso tenha prestado serviços de consultoria às empresas Viteo há menos de 03 (três) exercícios sociais.

Do acompanhamento e qualidade dos trabalhos:

i. O trabalho de auditoria externa e seu desenvolvimento ao longo do exercício ano deverão ser acompanhados por meio de reuniões periódicas com os auditores externos por parte do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance.

ii. A Viveo deverá cercar-se de todas as cautelas cabíveis para assegurar plena independência ao auditor independente para o desenvolvimento do seu trabalho, sem qualquer restrição, segundo as melhores práticas.

Das obrigações e independência do Auditor:

i. Os auditores independentes deverão fornecer anualmente declaração formal confirmando sua independência durante toda a execução dos trabalhos, a ser assinada conforme Anexo 01 dessa Política.

ii. O Auditor Independente deverá remeter anualmente, até o último dia útil do mês de abril, através da rede mundial de computadores, as informações requeridas no Anexo "D" a Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, relativas ao exercício anterior.

iii. É vedado ao Auditor Independente e às pessoas naturais e jurídicas a ele ligadas, adquirir ou manter títulos ou valores mobiliários de emissão da entidade, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico

iv. Para garantia de independência dos serviços, é vedada a prestação, por qualquer firma de Auditoria Independente ou qualquer de seus funcionários, de serviços quaisquer de consultoria concomitantemente aos serviços de auditoria independente que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência. Para os fins do item sobre as cautelas cabíveis para assegurar plena independência ao auditor independente para o exercício das funções, entende-se como atividades de consultoria sujeitas à restrição:

- a) A assessoria à reestruturação organizacional;
- b) A avaliação de empresas;
- c) A reavaliação de ativos;
- d) A determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências;
- e) O planejamento tributário;

f) A reestruturação dos sistemas contábil, de informações e de controle interno; ou qualquer outro serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da Viveo, enquanto durar a auditoria independente;

g) Suporte em litígios, perícia judicial ou extrajudicial;

h) Serviços relacionados a finanças corporativas e assemelhados;

i) Serviços de seleção de executivos;

j) Serviços de registro (escrituração) contábil.

Será possível a contratação da auditoria independente, Pessoa Natural, os sócios e os demais integrantes do quadro técnico de Auditor Independente, Pessoa jurídica, para realização de outros serviços, quando restar configurado que essa não infringe às normas do Conselho Federal de Contabilidade -CFC relativas à independência, desde que, cumulativamente:

i. A Viveo certifique-se de que tais serviços não afetem ou possam afetar a independência e objetividade tanto da auditoria quanto dos serviços adicionais;

ii. A contratação concomitante seja aprovada previamente pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance.

5. HISTÓRICO DE REVISÕES E APROVAÇÕES

VERSÃO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO	PERIODICIDADE
V1	Compliance, Controles Internos e Jurídico	Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance; Conselho de Administração.	Março/2020	Bi-anual
V2	Compliance, Controles Internos e Jurídico	Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance; Conselho de Administração.	Março/2021	Bi-anual

V3	Compliance, Controles Internos e Jurídico	Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance; Conselho de Administração.	Março/2023	Bi-anual
V4	Compliance, Controles Internos e Jurídico	Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance; Conselho de Administração.	Abril/2026	Bi-anual